

PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

BALANÇO

Peso da Régua, 31 de Dezembro de 2020

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	D A T A S	
		31.12.2020	31.12.2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	774.232,04	801.085,19
Ativos intangíveis		371,17	
Investimentos financeiros		1.354,19	1.147,59
		775.957,40	802.232,78
Ativo corrente			
Inventários	5	4.080,22	4.418,76
Créditos a receber	8	12.582,62	7.914,97
Estado e outros entes públicos	8	302,27	447,76
Diferimentos		3.099,05	7.566,62
Outros ativos correntes	8	53.176,03	66.446,73
Caixa e depósitos bancários		24.762,65	34.124,68
		98.002,84	120.919,52
Total do ativo		873.960,24	923.152,30
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		456.029,67	456.029,67
Resultados transitados		83.358,99	159.255,51
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		270.806,18	279.675,12
	8.3	810.194,84	894.960,30
Resultado líquido do período		-37.183,83	-75.896,52
Total dos fundos patrimoniais		773.011,01	819.063,78
Passivo			
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	8	12.590,32	25.334,92
Outros passivos correntes	8	88.358,91	78.753,60
Total do passivo		100.949,23	104.088,52
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		873.960,24	923.152,30

A Direção

Amélio Cardoso
 António Pinto
 António Florêncio
 António Soares

O Contabilista Certificado,



PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

Demonstração dos resultados por naturezas

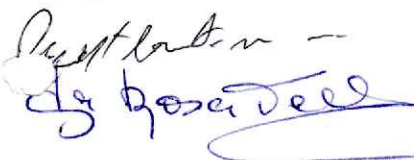
Período findo em 31 de Dezembro de 2020

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	P E R Í O D O S	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	6.2	82.030,35	95.967,08
Subsídios,doações e legados à exploração	7.2	430.678,53	413.780,38
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-30.719,34	-43.275,50
Fornecimentos e serviços externos	6	-41.292,38	-46.826,80
Gastos com o pessoal	9	-459.582,93	-484.627,91
Outros rendimentos	6	16.801,83	24.657,93
Outros gastos	6	-1.290,15	-2.681,90
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-3.374,09	-43.006,72
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	-33.809,74	-32.920,30
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-37.183,83	-75.927,02
Juros e rendimentos similares obtidos			30,50
Resultado antes de impostos		-37.183,83	-75.896,52
Resultado líquido do período		-37.183,83	-75.896,52

A Direção,

O Contabilista certificado,


 António Cardoso

 António Cardoso



ANEXO

Ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2020

Handwritten signatures and initials in blue ink.

NOTA INTRODUTÓRIA:

1- Identificação da entidade

1.1- O Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho com N.I.P.C. 500 879 443 é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social – devidamente registada em 13/11/85 no livro das Associações de Solidariedade Social sob o n.º 1/84 Livro 2 fls 83.

1.2- Tem a sua sede na Rua Padre Alberto Teixeira de Carvalho, no lugar de Ariz, da freguesia de Godim, do concelho de Peso da Régua, distrito de Vila Real.

1.3- Desenvolve a seu objeto nos termos dos seus estatutos, orientada para o apoio social à infância e à juventude nas valências de creche, pré-primária e de atividade de tempos livres.

2- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1- As demonstrações financeiras em análise são consistentes de um período para o outro, quer a nível de apresentação quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, tendo como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, contextualizado na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF ESNL).

2.2- Na sua elaboração não foram derogadas quaisquer disposições definidas na Norma e a sua estrutura manifesta de forma fidedigna a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da instituição, cujos conteúdos e quantias são manifestamente comparáveis com os do período anterior.

3- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas:

a) As políticas contabilísticas utilizadas são as que decorrem de cada capítulo específico da Norma, sendo as DF preparadas de acordo com os princípios do acréscimo e do custo histórico: os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem independentemente do pagamento ou do recebimento, sendo registadas contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam.

b) Não foram utilizadas outras políticas contabilísticas por desnecessárias.

c) As DF em anexo foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações: segundo as informações e as expectativas do futuro presentemente disponíveis levam-nos a uma convicção cada vez mais sólida relativamente à manutenção da entidade, a qual irá continuar a desenvolver os objetivos para que foi instituída.

3.2 – Alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não verificável.

4- Ativos Fixos Tangíveis

4.1- Divulgações tidas como relevantes:

a) Critérios de mensuração usados na determinação da quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados no balanço ao custo de aquisição ou de produção deduzido das respetivas depreciações acumuladas sem referência, por não existirem, a quaisquer perdas por imparidade.

Os custos subsequentes relacionados com estes itens são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As demais despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime do acréscimo.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados.

c) Vida útil e taxas de depreciação usadas:

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para sua utilização, em conformidade com o período de vida útil máximo.

Taxas estimadas por grupo dos bens:

Descrição	Taxas
Edifícios e outras construções	2,00
Benfeitorias em construções	10,00
Equipamento administrativo	10,00
Equipamento de transporte	16,68

d) Quantia bruta escriturada e depreciação acumulada no início e no fim do período:

Descrição	Situação inicial			Situação final		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciação Acumulada	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	24 939,89	0,00	24 939,89	24 939,89	0,00	24 939,89
Edifícios e outras construções	1 563 528,55	792 200,85	771 327,70	1 563 528,55	824 432,78	739 095,77
Equipamento básico	163 527,73	161 681,94	1 845,79	163 527,73	161 681,94	1 845,79
Equipamento de transporte	114 700,45	114 700,45	0,00	101 747,34	95 788,79	5 958,55
Equipamento administrativo	28 552,22	26 749,46	1 802,76	28 823,26	27 305,49	1 517,77
Outros ativos fixos tangíveis	10 471,97	9 302,92	1 169,05	10 471,97	9 597,70	874,27
Investimentos em curso						
Total	1 905 720,81	1 104 635,62	801 085,19	1 893 038,74	1 118 806,70	774 232,04

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período com evidência das adições, das alienações, depreciações e outras alterações ocorridas no período:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Adições	Alienações	Transferências	Depreciações	Quantia escriturada final
Terrenos e recursos naturais	24 939,89					24 939,89
Edifícios e outras construções	771 327,70				• 32 231,93	739 095,77
Equipamento básico	1 845,79					1 845,79
Equipamento de transporte	0,00	6 500,00	19 453,11	19 453,11	541,45	5 958,55
Equipamento administrativo	1 802,76	271,04			556,03	1 517,77
Outros ativos fixos tangíveis	1 169,05				294,78	874,27
Investimentos em curso						
Total	801 085,19	6 771,04	19 453,11	19 453,11	33 624,19	774 232,04

4.2 - Ao serviço da instituição não existem quaisquer itens do ativo fixo tangível expressos em quantias revalorizadas.

5-Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas. O item desta conta têm uma vida útil finita para a qual se estimou uma durabilidade temporal de 3 anos.

Descrição	Situação inicial			Situação final		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciação Acumulada	Quantia escriturada
Software	556,72	0,00	556,72	556,72	185,55	371,17

6- Inventários

6.1 – Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e referência à fórmula de custeio usada:

Os inventários são mensurados ao custo, o qual compreende o preço de compra e os respetivos impostos não reembolsáveis no contexto do Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho.

As demonstrações financeiras evidenciam de modo claro, através do balanço, o valor dos inventários em armazém até ao momento do seu desreconhecimento e da demonstração dos resultados por naturezas o gasto consumido.

A movimentação das mercadorias e das matérias primas é efetuada pelo sistema de inventário permanente, permitindo a quantificação e a respetiva valorização do gasto mensal.
As saídas de armazém são valorizadas ao custo específico.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

6.2 – Quantia escriturada de inventários em classificações apropriadas e quantia de inventários reconhecida como gasto no período comparativamente com o exercício de 2019:

Movimentos	Exercício 2020		Exercício 2019	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	4 397,47	21,29	4 918,35	92,03
Compras		22 898,46		29 853,76
Reclassificação / Regularização		7 482,34		12 830,12
Saldo final	3 936,69	143,53	4 397,47	21,29
Gastos no período	460,78	30 258,56	520,88	42 754,62

7– Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos decorrentes da gestão quotidiana da instituição são registados no período independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio do acréscimo.

No contexto do seu enquadramento em IVA, a instituição é um sujeito passivo isento abrangido pela alínea 7) do artigo 9.º do CIVA. Nesta situação o rédito compreende os montantes faturados.

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito:

a) O rédito encontra-se mensurado pela quantia da retribuição recebida ou a receber pela entidade.

b) Quantia de cada categoria de rédito reconhecida no período, para além das quotizações dos sócios, montante de 1.450,00 euros:

Categoria	2020	2019
Venda de bens	920,00	1 040,00
Prestações de serviços	81 110,35	94 007,08
Juros		30,50
Total:	82 030,35	95 077,58

c) Gastos do período:

Neste capítulo é de realçar as seguintes informações:

i) Discriminação dos “gastos” contabilizados na conta 62 – “Fornecimentos e Serviços Externos” com a apresentação comparativa dos realizados em 2019:

D e s c r i ç ã o	2020	2019
Trabalhos especializados	2 261,13	5 247,13
Honorários	6 888,00	7 031,00
Conservação e reparação	3 205,87	4 824,95
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	541,73	595,77
Material de escritório	850,91	722,09
Material didático	1 479,56	877,86
Rouparia		72,95
Eletricidade	7 005,35	8 132,55
Combustíveis	6 914,72	9 045,70
Água	2 942,27	293,92
Deslocações e estadas	12,71	38,50
Comunicação	1 531,40	1 546,30
Seguros	4 917,62	4 533,28
Limpeza, higiene e conforto	2 560,66	3 439,03
Outros serviços	180,45	425,77
Total:	41 292,38	46 826,80

ii) Descrição sumária de outros gastos:

D e s c r i ç ã o	2020	2019
Impostos e Taxas	326,10	1 650,05
Correções relativas a períodos anteriores	921,12	751,60
Quotizações		270,00
Total:	1 247,22	2 671,65

8– Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios são auxílios das entidades públicas com vistas ao cumprimento de certas condições relacionadas com as atividades operacionais da Associação.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição ou construção de um ativo são reconhecidos inicialmente em Fundos Patrimoniais, na rubrica “Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais” e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo. Enquadram-se neste contexto os subsídios inerentes ao Projeto n.º 015/00/NRT/TI, no âmbito do POEFDS – Eixo 5 – Medida 5.6 referente à ampliação e remodelação do edifício principal e aquisição de equipamento.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são registados na demonstração dos resultados no mesmo período em que as despesas são reconhecidas – vd. ponto 8.2.

8.1- Descrição dos subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis constantes em “Outras variações nos fundos patrimoniais”

NO BALANÇO	Saldo inicial	Aquisições no período	Utilização no período	Saldo 31/12/2019
SUBSÍDIOS RELATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais				
593 – Subsídios:				
Componente PIDDAC	35 913,39		997,60	34 915,79
Componente FEDER	98 525,50		2 734,76	95 790,74
Componente Pública Nacional	65 124,76		1 808,84	63 315,92
Município do Peso da Régua	42 500,00		2 500,00	40 000,00
594 – Doações	37 611,47		827,74	36 783,73
TOTAL:	279 675,12		8 868,94	270 806,18

8.2 - Descrição dos subsídios de exploração e doações destinados a compensar os gastos operacionais:

NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS		TOTAL
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO		
751 – SUBSÍDIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS:		
Do Centro Regional da Segurança Social:		
Rel. Creche		174 486,56
Rel. Educação Escolar		
Atividades educativas	94 348,56	
Atividades de apoio social	53 370,33	
Compensação salarial – Ministério da educação	35 672,40	183 391,29
Rel. Centro de atividades de tempos livres		14 568,00
Rel. Layoff e Apoio à Família		19 840,72
Do Instituto de Emprego e Formação Profissional		18 327,58
TOTAL DOS SUBSÍDIOS:		410 614,15
753 – DOAÇÕES E HERANÇAS		20 064,38
TOTAL:		430 678,53

9- Instrumentos financeiros

9.1 – Bases de mensuração e políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:

A entidade mensura os seus ativos e passivos financeiros ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos. Desreconhece um ativo financeiro ou passivo financeiro, ou parte deles, quando, respetivamente os direitos contratuais aos recebimentos se realizam ou quando a obrigação estabelecida com o contrato é liquidada.

Relativamente aos instrumentos financeiros evidenciados na contabilidade a mensuração utilizada assenta no respetivo valor nominal.

Descrição comparativa das contas de terceiros:

Conta	Exercício de 2020		Exercício de 2019	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Clientes e utentes	12 582,62		7 914,97	
Fornecedores				
Estado e outros entes públicos	302,27	12 590,32	447,76	25 334,92
Outras contas a receber e a pagar	53 176,03	88 358,91	66 446,73	78 753,60

9.2 – Não foram contabilizados instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

9.3 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais:

Rúbricas	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Fundos patrimoniais	456 029,67			456 029,67
Resultados transitados	83 358,99	37 183,83		46 175,16
Out. variações capital próprio:				
Subsidios	242 063,65	8 041,20		234 022,45
Doações	37 611,47	827,74		36 783,73
Total:	819 063,78	46 052,77		773 011,01

10 – Benefícios dos empregados

10.1 – Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras: 28

10.2- Número de membros dos Órgãos Diretivos: A Direção é constituída por 5 sócios efetivos; o Conselho Fiscal formado por 3 efetivos e a Mesa da Assembleia por 3 elementos efetivos. Nenhum sócio é remunerado pelo desempenho das suas funções.

10.3 – Descrição comparativa dos gastos com o pessoal suportados em 2019 e 2020:

Descrição	2020	2019
Remunerações do pessoal		
Remunerações certas	381 541,41	391 134,07
Encargos sobre remunerações	72 748,27	87 222,89
Seguros Ac. Trabalho e Doenças profissionais	3 571,39	4 069,43
Outros gastos com o pessoal	1 721,86	2 201,52
Total:	459 582,93	484 627,91

11– Acontecimentos após a data do balanço:

As demonstrações financeiras apresentadas pela instituição foram preparadas numa base sistemática de continuidade por não se verificarem divergências relativas a acontecimentos, favoráveis ou desfavoráveis, após a data do balanço.

12–Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade é uma Instituição Particular de Solidariedade Social regida pelas normas impostas pela tutela, cuja divulgação não se impõe aqui como exigível.

13 – Outras divulgações

15.1 – A instituição não apresenta dívidas ao Estado e à Segurança Social.

15.2 - Não são conhecidos à data da elaboração do presente anexo, quaisquer informações que mereçam destaque para além do acima referido.

O Contabilista certificado,



A Direção,

